

A globalização vista a partir do movimento cíclico do capitalismo e seu sentido contraditório

Giminiano José dos Santos¹
Luiz Carlos de Santana Ribeiro²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo a análise da globalização no contexto das transformações recentes do sistema capitalista, utilizando-se para isso o conceito de movimento cíclico do capitalismo, dando-se especial destaque nessa análise ao contraponto entre a ideia de progresso trazido pela globalização e o agravamento das desigualdades sociais e econômicas espalhadas por todo o planeta.

Palavras-Chaves: Capitalismo; Globalização; Ciclo; Progresso; Desigualdades Sociais.

Abstract

This paper has as objective the analysis of globalization in the context of recent changes in the capitalist system, using for it the concept of cyclical movement of capitalism, with particular emphasis in this analysis to contrast between the idea of progress brought about by globalization and worsening social and economic inequalities throughout the world.

Key words: Capitalism; Globalization; Cycle; Progress; Social Inequalities.

Introdução

O sistema econômico, político e social denominado capitalismo, que se baseia na produção mercantil generalizada, apresenta uma distinção clara entre a classe capitalista (detentora dos meios de produção) e a classe proletária (que vende voluntariamente a sua força de trabalho em troca

(1) Discente do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia - CME-UFBA. Bolsista do Programa de Apoio à Capacitação Docente e Técnica da Universidade Estadual de Feira de Santana - PACDT-UEFS. giminianojsantos@gmail.com.

(2) Discente do CME-UFBA. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - CAPES. luca_ufba@hotmail.com.

de salário). Outrossim, esse sistema é caracterizado por um conjunto determinado de leis de movimento e reprodução que orienta e conduz o funcionamento desta economia por meio de uma regularidade particular.

Neste contexto, é possível inserir a chamada Globalização, entendida aqui como um fenômeno regular e intrínseco ao capitalismo. É nesse cenário que se pode pontuar a relevância dos conceitos de ciclos, ondas longas e crise.

Como se vê, o fenômeno da globalização apresenta-se como elemento inerente ao capitalismo. Este fenômeno configura uma nova ordem nas relações econômicas mundiais, entre as nações, seus mercados e capitais financeiros. Vale salientar que o capitalismo passou por diversas transformações ao longo do seu desenvolvimento e teve fases de ascensão, estagnação e crise. A partir da globalização é possível dizer que o sistema se aproxima de um limite de produção material, já que se o capitalismo atingir seu desenvolvimento pleno, isto acarretaria uma crise global de superprodução (Costa, 2004; Souza, 1996).

São notórios os benefícios e vantagens que a globalização desencadeou para a economia mundial. Todavia, da mesma maneira que gerou vantagens e riqueza para tantos países, trouxe também desvantagens e miséria para outros tantos.

Dito isso, o presente artigo tem como objetivo a análise da Globalização no contexto das transformações recentes do Capitalismo, utilizando para isto os conceitos de Ciclo Econômico e Crise, dando especial destaque ao contraponto entre a ideia de progresso trazido pela globalização e o agravamento das desigualdades sociais e econômicas espalhadas por todo o planeta.

Para este propósito, o presente artigo está dividido em cinco seções. Além desta introdução, na primeira seção é realizada uma revisão da literatura sobre o contexto econômico de surgimento da globalização a partir das transformações recentes do capitalismo, dando-se grifo à teoria dos ciclos econômicos. Na segunda seção, são abordadas as características do dinamismo da integração econômica global, evidenciando a globalização como um fenômeno regular implícito da endogeneidade do capitalismo. Na seção subsequente, a globalização é tratada em seu sentido

contraditório, isto é, são reveladas distorções socioeconômicas geradas por esse processo. Finalmente, sem a pretensão de esgotar a temática em voga, na quarta seção são apresentadas as considerações finais, seguidas das referências bibliográficas utilizadas no presente trabalho.

1 O capitalismo Visto a partir do seu Movimento Cíclico

O sistema econômico e social capitalista baseia-se, como já é sabido, na separação entre trabalhadores e capitalistas. Os primeiros, juridicamente livres, dispõem apenas de sua força de trabalho e voluntariamente a vendem em troca de salário aos capitalistas; estes últimos, detentores dos meios de produção, contratam a mão-de-obra dos trabalhadores a fim de produzirem mercadorias (bens e serviços) visando ao lucro.

Na ótica de Karl Marx, o maior estudioso e referência obrigatória no assunto, o capitalismo é definido pela exploração dos trabalhadores pelos capitalistas. Dito de outra forma, o valor do salário pago aos trabalhadores, representaria apenas uma mínima parcela do valor do trabalho executado. A diferença, denominada por Marx de mais-valia, seria apropriada pelos capitalistas sob a forma de lucro (Marx, 1986; Sandroni, 2001).

Assim, pode-se afirmar que o que distingue o modo de produção capitalista dos outros modos de produção é a generalização da produção mercantil. Essa generalização, além de implicar que a força e os meios de trabalho se transformam eles próprios em mercadorias, é fator determinante para a separação *sui generis* entre os produtores e seus meios de produção, a apropriação do subproduto e da reconstituição do trabalho social, propriamente dito. Essas características, como é imediato notar, põem em relevo o diferencial do modo de produção capitalista em relação ao escravista e feudal (Mandel, 1985; Marx, 1986).

Não se pretende aqui fazer uma análise histórica do surgimento e evolução do capitalismo. Além de inconveniente, sob o ponto de vista do que se propõe este trabalho, tal exercício, dada a grande quantidade de autores da historiografia econômica em nível mundial que já se lançaram em tal esforço, incorreria no desnecessário.³

(3) Nesse sentido, uma salutar contribuição ao entendimento da evolução do capitalismo pode ser buscada na obra do historiador, economista e estudioso marxista Maurice Dobb. Conferir em: Dobb, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. 7. ed., Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

A análise do capitalismo recente deve ter como *start up*, metodologicamente falando, o dispositivo teórico que descreve o mecanismo reprodutivo deste sistema. Neste sentido, os conceitos de ciclo econômico e crise devem ser evidenciados nesta investigação. Calcando-se em Marx e em sua Economia Política, é correto afirmar que um conjunto determinado de leis de movimento e reprodução norteia o mecanismo da economia capitalista, numa espécie de regra que pode ser sumarizada nos dois conceitos anteriormente aludidos. Acrescente-se a isso a informação de que o conceito de ciclo econômico abarca a crise como uma de suas formas básicas (Balanco et al., 2004).

Referindo-se às transformações recentes do capitalismo e em consonância com as leis de movimento do capital, Balanco (1999, p. 2) afirma que:

O capitalismo [...] alcançara, em escala planetária, o desenvolvimento pleno de suas formas sociais determinantes, quais sejam, a propriedade privada dos meios de produção, as relações de troca de valores-mercadorias, o trabalho livre assalariado e o dinheiro no âmbito de um mercado mundial. [...] O reconhecimento da propensão à mudança no caráter globalizado do capitalismo acarretaria o indispensável emprego de um arcabouço em cujo âmago estavam as categorias [...] desenvolvidas por Marx utilizando-se de um procedimento metodológico de outra natureza sobretudo n' *O Capital*.

Todavia, organicamente, as alterações conhecidas no mercado mundial, [...] marcam a ação das relações causais e recorrentes entre estas categorias por meio de leis econômicas particulares deste sistema. Em sua origem, pode-se afirmar que as transformações que o capitalismo conhece representam a atuação das leis gerais de movimento do capital, aparecendo estas, então, como os fatores determinantes da história do capitalismo.

O direcionamento cíclico do modo de produção capitalista provocado pela concorrência é evidenciado pelas seguintes expansão e contração na produção de mercadorias, ou da mais-valia, para utilizar terminologia marxista mais elaborada. O ciclo econômico é fundamentado por períodos de aceleração e desaceleração sucessivas da acumulação. No primeiro período, há um aumento na massa e na taxa de lucros e no volume e no ritmo de acumulação. No segundo período – crise ou período de subsequente depressão, a massa e a taxa de lucros declinarão, e ao mesmo tempo, no volume e no ritmo de acumulação do capital. Esse movimento cíclico é repetido a cada cinco, sete ou dez anos; ou seja, a dilatação desse

ciclo é dada pela duração do tempo de rotação necessário à reconstrução da totalidade do capital fixo (Mandel, 1985).

Nesse ponto é pertinente inserir as importantes ideias de Mazzucchelli (1985, p. 62) sobre o funcionamento da economia capitalista e a crise:

O funcionamento da economia capitalista [...] expressa o próprio caráter cíclico da acumulação: a expansão, ao tornar atraentes as perspectivas de valorização, estimula o crescimento desenfreado da capacidade produtiva [...] ampliam-se os mercados e estende-se o raio de ação da produção social no bojo de um movimento que confirma a natureza progressiva do capital [...] cai a taxa de lucro, declina em consequência a taxa de acumulação [...]. Configura-se, destarte, uma situação de crise, que envolve o acirramento da concorrência intercapitalista, a desvalorização e destruição de parte do capital em funções, de modo que, através da própria crise, se restabelece a unidade de processos de produção e circulação com o que se recriam as condições necessárias a um novo ciclo de valorização do capital.

Convém salientar, no entanto, que quando se tem o horizonte internacional da história do capitalismo, este não é apenas caracterizado por sucessão de movimentos cíclicos curtos (como os descritos anteriormente e como pode ser inferido por uma leitura desatenta das ideias de Mazzucchelli), mas também como uma sucessão de períodos mais longos – ondas longas – de cerca de cinquenta anos.

Quatro desses períodos são sumarizados por Mandel (1985) ao tempo em que é posto em destaque o fato de que cada um desses longos períodos pode ser dividido novamente em outras duas fases; uma primeira fase que seria a revolução tecnológica propriamente dita, assinalada por taxas de lucros ampliadas e acelerados crescimento e auto-expansão do capital anteriormente ocioso na qual devem ser criados os locais de produção. A segunda fase, por seu turno, já dotada de tecnologias transformadas e cujos novos locais de produção já se encontram em funcionamento, caracteriza-se por lucros e acumulação em declínio e crescimento econômico desacelerado.

Os quatro longos períodos elencados por Mandel (1985, p. 83) podem ser assim resumidos:

O longo período compreendido entre o fim do século XVIII e a crise de 1847, basicamente caracterizado pela difusão gradativa da máquina a vapor e fabricação artesanal ou manufatureira. (...) Esta foi a onda longa da própria Revolução Industrial. O longo período delimitado pela crise de 1847 e o

início da década de 90 do século XIX, caracterizado pela generalização da máquina a vapor. Essa foi a onda longa da primeira revolução tecnológica. O longo período compreendido entre o início dos anos de 1890 e a Segunda Guerra Mundial, caracterizado pela aplicação generalizada dos motores elétricos e a combustão a todos os ramos da indústria. Essa foi a segunda revolução tecnológica. O longo período iniciado na América do Norte em 1940 e nos outros países imperialistas em 1945/48, caracterizado pelos controles das máquinas por meio de aparelhagem eletrônica. Essa foi a terceira revolução tecnológica.

Seguindo essa mesma lógica de sucessão de ondas, é possível afirmar que o capitalismo está em sua quarta onda longa de desenvolvimento. Evidenciando-se melhor essa afirmação, a bem da verdade, a primeira fase desta quarta onda longa abarca o parêntese temporal de meados da década de 40 a meados da década de 70 do século XX. Como é imediato notar, essa fase interior à quarta onda longa, compreendeu cerca de três décadas, aliás, fase essa em que a globalização revelou formas próprias, inclusive caracterizada pela melhoria do bem-estar das grandes massas trabalhadoras nos países centrais. É nesse período que acontece, portanto, aquela vertente que mais evidenciaria a Globalização enquanto fenômeno mundial, qual seja, a intensa acumulação de capital orientada por dois vetores não concorrentes entre si: de um lado, o Estado, através de intervenções e regulações, e, de outro, a chamada grande Empresa e suas incursões em nível (inter) nacional. (Balanco et al., 2004).

Os anos 70 do século em voga foram ainda palco para a inflexão da fase ascendente da quarta onda longa para a sua segunda fase quando as taxas de acumulação do capital começam a experimentar recuos expressivos. “O ingresso do capitalismo na fase descendente da atual onda longa, portanto, caracterizada pela abertura da crise, criaram as condições que convergiram para a formatação atual da globalização.” (Balanco et al., 2004, p. 12).

É com base nessa lógica de ondas sucessivas que a Globalização deve ser inserida e discutida.

1.1 Da globalização

O atual contexto mundial, no início do século em curso, apresenta-se como um ambiente abstruso, caracterizado por uma crescente internacionalização da produção, do mercado, do trabalho e da cultura. A

Globalização, pode-se dizer, se refere à rede de produção e troca de mercadorias que se estabelece em nível mundial ou ainda assinala o intercâmbio político, social e cultural entre as diversas nações, que teve seu ritmo acelerado graças às transformações oriundas da aplicação das inovações científicas e tecnológicas na área da comunicação (Santos, 2001).

O período do pós-segunda guerra foi marcado pelo aumento das atividades multinacionais e pelo rápido crescimento do comércio internacional. Já na década de 70, mais especificamente no período entre 1971-73, com a crise do regime de câmbio semifixa de Bretton Woods, ocorre um substancial aumento dos empréstimos bancários e dos investimentos em títulos públicos internacionais. Concomitantemente, há a internacionalização dos mercados de capitais, somando-se à complexa estrutura das relações econômicas internacionais e decretando a autêntica globalização de uma economia mundial interdependente e integrada (Hirst; Thompson, 1998).

A discussão sobre a atualidade ou não da globalização, diga-se, se ela é um fenômeno recente ou não, é tão vasta quanto as inúmeras conceituações dadas por economistas, sociólogos, antropólogos, geógrafos e outros estudiosos. Para se ter uma ideia da extensão dessa discussão, é oportuno citar Santos (2001, p. 175) quando diz que “Marx já fazia referência às formas de expansão do capitalismo, ao mercado mundial e às transformações da grande indústria e dos monopólios, enfatizando o papel da burguesia no sentido de desenvolver o caráter internacionalista da produção”.

Com base no arcabouço teórico discutido nessa seção, e a despeito da maioria da literatura corrente acerca da Globalização, aqui, como em Balanco (1999), ela será tratada tendo como norte as leis de movimento e reprodução do capital, estando, pois, esses fenômenos associados à regularidade do capitalismo, a qual fundamenta o impulso às transformações permanentes do mesmo, enquanto totalidade, desde sua origem.

Nas palavras do próprio Balanco (1999, p. 5) “(...) a globalização, tomado como resultado empírico reflete as flutuações da taxa geral de lucro, as quais motivam os capitais individuais a ampliarem os mercados e a ocuparem novos territoriais produtivos”.

Essas flutuações, vale dizer, são causadas por seis fatores, a saber: alterações na relação entre meios de produção e força de trabalho; mudanças

na distribuição do capital constante entre capital fixo e capital circulante; a evolução da taxa de exploração do trabalho; o desenvolvimento da taxa de acumulação; o desenvolvimento do tempo de rotação do capital; e a relação de troca entre o setor de produção de bens de produção e o setor de bens de consumo (Balanco, 1999; Mandel, 1985).

É com base nesse resultado que é plausível analisar a relação entre a globalização e o mercado mundial com base na metodologia acima aludida, qual seja, aquela cuja acepção exige a apreensão do mecanismo reprodutivo desse modo de produção em si mesmo.

Ainda respaldando-se em Balanco (1999), é possível distinguir duas fases atravessadas pela Globalização. A primeira compreende o período que vai do capitalismo concorrencial ao fim da chamada ‘Era Dourada’. Em linhas gerais, o crescimento da taxa geral de lucro experimentada nessa fase era explicado pelo autodesenvolvimento da concentração do capital nos países atualmente desenvolvidos da Europa ocidental, através da implantação em larga escala da grande indústria impulsionada pelas inovações técnicas iniciadas na segunda Revolução Industrial. Ainda nessa primeira fase, entre a década de 40 e meados da década de 70 do século XX, a globalização apresentaria no centro do sistema, uma continuada prosperidade e melhoria do bem-estar das grandes massas. Esse período ainda é marcado pela confirmação da transferência da hegemonia no mundo capitalista das mãos da Inglaterra para as dos Estados Unidos.⁴ Embora pareça contraditório, haveria neste período, como marca da acumulação, além do avanço da grande empresa, forte presença estatal e “regulacionismo”, condições *sine qua non* para a prática de políticas econômicas inspiradas no referencial de Keynes e processos de trabalhos conhecidos como Fordismo.

A segunda fase da quarta onda longa, na qual podemos inserir a globalização – com o formato que se conhece atualmente, apresentou, como prediz a teoria das ondas longas, uma queda na taxa de acumulação de capital, desembocando, por assim dizer, na crise propriamente dita.

Nas palavras de Balanco (2004, p. 7):

A queda da taxa geral de lucro foi drasticamente confirmada durante os anos 70, dando margem ao surgimento de um pronunciado desemprego

(4) Para uma discussão mais aprofundada sobre essa temática conferir: Tavares, M.C.; Fiori, J. L. (Org.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998. Em especial os dois primeiros capítulos.

crônico nos países avançados da Europa Ocidental e nos EUA. Instalada a crise, esta se tornou recorrente: instabilidade, incerteza e estagnação passaram a compor o cenário ordinário do capitalismo desde então.

A crise do capitalismo pode ser definida não só nos aspectos capitalistas de acumulação, valorização e apropriação, mas também na divisão do trabalho, na produção de mercadorias, na estrutura capitalista da empresa e na subordinação do trabalho ao capital como um todo (Mandel, 1985). Ainda em relação a uma possível definição para crises que afetam o sistema capitalista, segue:

A crise das relações de produção capitalistas deve ser vista como uma crise social global, isto é, como a decadência histórica de todo um sistema social e de modo de produção em operação durante todo o período do capitalismo tardio. Não se identifica com as crises clássicas de superprodução nem as exclui (Mandel, 1985, p. 398).

Como forma de sanar, ou, tendo-se mais rigor, diminuir as imediatas e deletérias consequências da crise,⁵ mecanismos peculiares visando às novas formas de reprodução, foram colocadas na ordem do dia, o que, aliás, caracterizaria o estágio atual da Globalização.

Na próxima seção são reveladas as novas características do sistema econômico mundial, propiciadas pelo processo de globalização.

2 A dinâmica da integração global

Uma característica comum da integração mundial, viabilizada pelo processo de globalização, é o critério de desregionalização, que representa a quebra de barreiras regionais, no intuito de facilitar as relações comerciais. Outra questão é a formação de blocos econômicos (regionalização), entre os quais, pode-se citar: CE (Comunidade Européia), o Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) e o Mercosul (Souza, 1996).

Concomitantemente à época de surgimento da globalização, o foco das políticas industriais nacionais começou a mudar e a se adaptar ao novo padrão que estava surgindo. Anteriormente, as políticas dos países latino americanos,⁶ por exemplo, eram pautadas no critério de substituições de

(5) Segundo Balanco et al. (2004), no contexto do capitalismo, uma vez que o sistema se encontra em crise (cíclica), é possível ela mesma apresentar potenciais de superação, como já evidenciado pelo sistema capitalista em outros momentos históricos.

(6) O México, a Argentina e o Brasil são exemplos de países que adotaram este tipo de política.

importações, no entanto, passam a visar totalmente o mercado externo, atingindo a partir de 1980, seu estágio de maior expansão (Souza, 1996).

As transformações geradas pela globalização resultaram num alto grau de dinamismo do sistema econômico mundial, no sentido em que há rápida integração entre os mercados financeiros de todo o mundo, graças ao avanço da tecnologia de informação. Isto, por sua vez, permite a perfeita mobilidade de capital e transações instantâneas em qualquer parte do globo. Em outras palavras, o capital migra do setor produtivo para o setor financeiro, uma vez que este último setor se torna mais atrativo em termos de investimento (Pereira; Grisi, 1999; Rattner, 1995).

“Pode-se dizer que, a partir daí, o mundo experimentou um processo de globalização financeira do capital e da fixação de um regime de acumulação sob o domínio financeiro” (Balanco et al., 2004, p. 19). Segundo Chesnais (1996), o sistema financeiro é o campo mais avançado da mundialização.⁷

O prisma financeiro é, portanto, o responsável por do movimento de mundialização do capital; aliás, foi na globalização que tal prisma atingiu características específicas e um grau de valorização sem precedentes na história do capitalismo. As condições para funcionamento e profusão do referido prisma foram alicerçadas na década de 1970, o que viabilizou a chamada “financeirização”, entendida como um novo quadro do capitalismo caracterizado pela diminuição acentuada das barreiras com as quais as empresas se defrontavam para obterem um diferencial de rentabilidade positiva quando da aplicação de seus capitais em investimentos financeiros em substituição a investimentos produtivos (Balanco et al., 2003; Chesnais, 1996; Salama, 2000).

Este novo quadro, como destaca Costa (2004), provocou uma mudança sem igual nos rumos da economia de todo o mundo, fazendo com que o capital financeiro passasse a apresentar, a partir de então, uma desvinculação do espaço e do tempo e, como é imediato sumarizar, um lugar de destaque nos negócios do sistema capitalista.

(7) Terminologia utilizada por alguns autores para designar a globalização. De maneira mais rigorosa, refere-se à globalização financeira ou, em outras palavras, “a integração dos mercados (...) como consequência das políticas de liberalização e do desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação; é também a intensificação dos fluxos de investimento e de capital na escala planetária” (Benko, 2002, p. 45).

Estes avanços ocorreram porque a economia mundial está vivenciando o que se pode chamar de Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, em que as principais economias do mundo estão inter-relacionadas através de um poderoso conjunto de inovações (Coutinho, 1992).

...A revolução tecnológica então experimentada permitiu um avanço da integração dos países subdesenvolvidos ao mercado mundial de tal forma a elevá-los também à posição de produtores de bens acabados a preços de monopólio. Emerge, então, um novo quadro que viria apenas confirmar a inexorável atuação das leis econômicas do capitalismo como fatores de impulsão ao deslocamento dos capitais entre os diversos espaços geográficos do planeta. Ao interior desse processo, os novos interesses das empresas multinacionais européias e americanas nas regiões atrasadas do planeta levaram-nas, por conseguinte, a ampliarem o espaço de vigência das relações capitalistas de produção (Balanco et al., 2004, p. 6).

Mandel (1985) analisa de forma especial as características do ‘capitalismo tardio’; essas características, por assim dizer, são oriundas em grande parte da chamada Terceira Revolução Tecnológica que teve como resultado o rápido desenvolvimento das forças produtivas, o que, por sua vez, acaba afetando a essência do modo de produção capitalista.

Como resultados da Terceira Revolução Industrial ocorrem diversas modificações na economia. O surgimento da globalização, por exemplo, proporciona uma relação comercial entre todos os países do globo, como consequência, origina-se uma concorrência muito acirrada no mercado internacional (Gonçalves, 1998). Por isso, nota-se cada vez mais a necessidade de integração e interação entre pesquisa e desenvolvimento (P&D), objetivando, desta forma, alcançar diferenciais competitivos através da inovação tecnológica (Coutinho, 1992).

A competitividade passa a ser a palavra de ordem entre as empresas e nações para a integração ao mundo contemporâneo; onde a participação em mercados nacionais e internacionais se constitui no princípio básico de formulação e de implantação de políticas governamentais (Souza, 1996, p. 2).

A partir desta forte concorrência no mercado internacional, algumas empresas encontram nas alianças soluções para tentar aumentar seu poder de competitividade e ganhar com isso diferencial em relação a outras empresas. Por isso que os conglomerados e empresas transnacionais vão representar os agentes mais poderosos do processo de globalização, pois controlam, de maneira efetiva, a grande parte das relações comerciais, da

produção, da tecnologia e das finanças internacionais. A atuação e decisões de investimento desses conglomerados e multinacionais afetam diretamente o desenvolvimento ou declínio de cidades e regiões (Gonçalves, 1998; Hirst; Thompson, 1998; Rattner, 1995).

Com o advento da globalização, as empresas podem agora realizar transações globalmente, com isso, elas diminuem significativamente seus custos operacionais, transferindo sua demanda por mão de obra e matérias-primas para outras regiões do globo. Contudo, salienta-se que a globalização é um processo que remete não somente a Estados e empresas, mas também a indivíduos (Lopes, 1998).

A partir destas ações empresarias em diversas partes do globo, nasce o conceito de internacionalização da produção, como, por exemplo, quando consumidores de uma determinada região consomem bens e serviços produzidos em outros países que não o seu de origem (Gonçalves, 1998).

Contudo, contrariamente ao que se imaginava, a Terceira Revolução Industrial (tecnológica) tinha tudo para levar o capitalismo a uma nova onda longa de expansão, entretanto, estabeleceu uma estrutura baseada em estagnação (Balanco et al., 2003). Além disto, houve os resultados negativos referentes aos aspectos socioeconômicos.

É esse o caráter paradoxal da Globalização: de um lado, o dito progresso, evidenciado pela quebra de barreiras e, por conseguinte, pela facilidade nas relações comerciais, inclusive a partir da formação de blocos econômicos; e do outro, as consequências deletérias à sociedade, evidenciadas pela pobreza, desigualdade social, dentre outras, que permitem encontrar um sentido contraditório da Globalização.

3 O sentido contraditório da globalização

A globalização possibilitou a integração entre todos os países do globo, seus respectivos povos e culturas, quebrou barreiras regionais, o que facilitou as relações comerciais, entretanto, gerou efeitos negativos muito graves, principalmente no aspecto social. “O capitalismo atual convive com duas dialéticas centrais: concentração *versus* fragmentação e exclusão *versus* inclusão” (Dupas, 1999, p. 2).

Globalização e exclusão representam a dialética da mundialização do capital, já que são conceitos que estão intrinsecamente ligados entre si. O primeiro representa as características atuais do processo de

desenvolvimento do capitalismo em esfera mundial e o segundo, sua consequência mais notória e direta (Santos, 2001).

A desigualdade apresenta formas sociais divergentes, que originam de diferentes modos da produção de valores. As fundamentais são a hierarquia, a exploração, a segmentação e a exclusão. A desigualdade entre as diversas nações do globo só vai ter atenção pública com o surgimento de políticas sociais no âmbito do *Welfare State* (Therborn, 2001).

A globalização tem como consequência a diminuição do poder dos Estados e sindicatos. A perfeita mobilidade do capital e a facilidade de deslocar segmentos inteiros de uma cadeia produtiva para outras regiões afetam a estrutura dos salários, levando a concorrência para fora do âmbito nacional. Consequentemente, há o aumento da disparidade de renda, da pobreza, do desemprego, o que reflete, por sua vez, no aumento da exclusão social (Dupas, 1999).

Nesse contexto, uma questão que merece destaque é o desemprego, já que a reestruturação produtiva⁸ gera a necessidade cada vez menor da utilização direta de mão de obra nas indústrias, ou seja, o trabalho vivo é gradativamente substituído pelo trabalho morto (máquinas), o que gera aumento da produtividade. Alguns autores denominam este cenário de “terceiro-mundialização”, o que expressa a disseminação de problemas e desigualdades sociais nos países desenvolvidos, o que antes era visto apenas no Terceiro mundo. É oportuno grifar que a aludida relação entre o capital constante ao capital variável remonta à composição orgânica do capital, importante conceito da análise marxista. Em outras palavras, esse conceito reflete (em termos de valor) o montante de maquinário, matérias-primas e tudo que é necessário para produzir uma dada mercadoria em relação à força de trabalho necessária (Souza, 1996).

Por isso que, atualmente, devido ao desemprego estrutural e a exclusão da sociedade global, a sociedade almeja novamente o posto de trabalho fordista como desejável, este esquecido devido à reestruturação produtiva e, consequentemente, o aumento da informalidade do terceiro setor da economia (Dupas, 1999).

(8) Pode ser resumidamente explicada como a transição do modelo de produção rígido – Fordismo – o qual era baseado na famosa linha de produção, predominando a integração vertical, para o modelo de produção flexível – Toyotismo – o qual é caracterizado pela desverticalização e pelo uso intensivo de maquinário, robótica, informática etc. Para um maior aprofundamento, ver: Coutinho, (1992).

Além do desemprego estrutural, a globalização gerou enfraquecimento dos movimentos sindicais, diminuição salarial acentuada resultando, conseqüentemente, no aumento das desigualdades sociais por todo o globo. Nas palavras de Souza (1996, p. 10):

Em média, cerca de 800 milhões de pessoas têm fome diariamente e de nada dispõem para comer; 1.500 milhões não possuem acesso a tratamento médico básico; 1.750 milhões não sabem o que é água potável; 14 milhões de crianças morrem anualmente antes de atingirem 5 anos de idade sendo, 3 milhões por doenças imunizáveis; cerca de 150 milhões de crianças com menos de 5 anos experimentam a desgraça da subnutrição que as condenam, de uma forma ou de outra, a uma morte social e biológica. Na área de educação os números também não ficam para trás: praticamente 900 milhões de adultos não sabem ler e escrever no Terceiro Mundo.

As desigualdades sociais são explicadas pela própria dinâmica interna do desenvolvimento do capitalismo. A economia global é excludente porque é regida somente pelo movimento do capital. É intrínseco ao capitalismo dividir, marginalizar e excluir (Chesnais, 1996).

Recentemente, no contexto capitalista contemporâneo, nos anos 90, só os Estados Unidos, entre as potências econômicas, atingiram condições mais favoráveis, graças ao estabelecimento de um ciclo curto expansionista. Porém, o restante das economias centrais prosseguiu em marcha lenta e os países subdesenvolvidos sofreram grandes instabilidades (Balanco et al., 2004).

Nesses países subdesenvolvidos ou do Terceiro mundo, ocorre o agravamento da crise e da miséria, pois além da política de industrialização não ter se completado, as estratégias de privatizações e a abertura do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) contribuíram para tal fato. Em escala mundial, cerca de 1.400 milhões dos 5.300 milhões de habitantes do planeta vivem em condições subumanas (Souza, 1996).

Verifica-se, na realidade, que a polarização e exclusão são resultantes dos desequilíbrios sociais. De um lado, encontra-se aquela minoria que detém um alto nível de renda e gozam de um consumo exacerbado, e, de outro, um grupo composto pela maioria das pessoas, as quais anseiam por acesso às necessidades básicas (saneamento básico, água encanada etc.) apenas para se manterem vivas. A crescente tendência no aumento da pobreza e privatizações é agravada pela não intervenção fiscal, no intuito de atender à população que almeja melhores qualidades de

vida. O Estado cede às pressões de grandes grupos que exigem privatização das empresas estatais mais lucrativas, abertura total ao livre comércio e desregulamentação dos preços, sem levar em conta seus efeitos sociais (Rattner, 1995).

Todo o mundo se tornou desigual e afetado pela marginalidade. Milhares de pessoas lutam para sobreviver devido às condições subumanas em que vivem. Isto é cenário não só dos países periféricos, mas também dos países onde o capitalismo é dito próspero (Santos, 2001).

No contexto da economia internacional, as atividades ou relações de maior importância, continuam sendo realizadas – pelo menos com maior destaque e até o início do século XXI – entre as economias mais desenvolvidas, mais especificamente, os países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. Em outras palavras, aqueles países que detêm fortes economias, mais precisamente, de caráter industrial avançado, são os que formam os membros da economia globalizada (Hirst; Thompson, 1998).

Portanto, atualmente, o problema da exclusão social e de todas as formas de desigualdades, acentuadas pelo advento da globalização, tornou-se um ponto essencial. Aliás, esses problemas ensejam reformas estruturais e não reformas paliativas (Santos, 2001). “Preocupar-se com a desigualdade, em vez de apenas com a pobreza, significa preocupar-se com a maneira como toda a sociedade é estruturada e não apenas com o seu pior aspecto” (Therborn, 2001, p. 132).

Com isso, a produção, de maneira geral, deve ser socializada de maneira direta e consciente, de acordo com as necessidades do povo, só assim será possível alcançar um desenvolvimento novo da ciência e tecnologia, gerando o autodesenvolvimento e não a autodestruição dos indivíduos e da humanidade (Mandel, 1985).

Considerações finais

Na análise aqui realizada, procurou-se situar o sistema capitalista enquanto um modo de produção que, além da característica relacionada à generalização da produção mercantil, possui aquela que está intrínseca ao seu funcionamento: a característica da regularidade cíclica da economia, orientada pela concorrência. O ciclo econômico, como se tentou mostrar, é fundamentado por períodos de aceleração e desaceleração sucessivas da

acumulação. No primeiro período há um aumento na massa e na taxa de lucros e no volume e no ritmo de acumulação enquanto que no segundo – crise ou período de subsequente depressão, a massa e a taxa de lucros declinarão juntamente com o ritmo de acumulação do capital. Com um maior rigor na análise, procurou-se inserir a Globalização nesse cenário classificando-a como um fenômeno regular e intrínseco ao capitalismo.

Percebeu-se que a Globalização, a despeito de ter gerado melhorias e facilidades para o sistema econômico internacional, evidenciado, sobretudo pela facilidade nas relações comerciais trouxe consigo resultados negativos em relação aos aspectos socioeconômicos. Houve aumento da disparidade de renda, além de muita miséria espalhada por todo o planeta.

A partir disso, surgem várias indagações relacionadas ao futuro do capitalismo, à possibilidade, ou não, de reversão dessa situação contraditória instalada a partir da Globalização. A resposta para tais questionamentos passa necessariamente por um espaço de discussão mais amplo do que o proposto por este trabalho.

Referências bibliográficas

BALANCO, P.A.F. As transformações do capitalismo: formulações teóricas para a composição de uma dialética da globalização. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 4 , 1999, Porto Alegre. *Anais* (CD - ROM). Porto Alegre-RS: Sociedade Brasileira de Economia Política, 1999. v. CD-ROM.

_____. Crise, ciclo e globalização: estagnação e turbulência no capitalismo contemporâneo. *Bahia Análise; Dados*, Salvador, SEI/SEPLANTEC, v. 12. n. 3, p. 37-39, dez. 2002.

BALANCO, P.A.F. et al. A crise econômica e a desarticulação social na América Latina: o endividamento estrutural. *Bahia - Análise; Dados*, Salvador, v. 13, n. 3, p. 677-692, 2003.

_____. Crise e globalização no capitalismo contemporâneo: alguns aspectos do debate em torno dos conceitos de Estado-nação, Império e Imperialismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2004, Uberlândia. *Anais do IX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA*, 9, 2004. v. CD-ROM.

BENKO, Georges. Mundialização da economia, metropolização do mundo. *Revista do Departamento de Geografia, Geosp*, São Paulo, v. 15, p. 45-54, 2002.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, Edmilson. A globalização neoliberal e os novos fenômenos do capitalismo contemporâneo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA E POLÍTICA, 9, 2004, Uberlândia. *Anais* (CD-ROM). Uberlândia-MG: Sociedade Brasileira de Economia Política, v. CD-ROM.

COUTINHO, Luciano. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: As Grandes Tendências de Mudanças. *Economia e Sociedade*, n.1, p. 69-87, 1992.

DUPAS, Gilberto. Globalização, exclusão social e governabilidade. In: I Conferência Latino – Americana e Caribenha de Ciências Sociais, Recife, 25 de novembro de 1999.

GONÇALVES, Reinaldo. Globalização econômica e vulnerabilidade externa. In: Seminário Economia Global, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1998.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grehme. *Globalização em questão*. Petrópolis: Vozes, 1998.

LOPES, Humberto Elias Garcia. Globalização, estado e crise do capitalismo contemporâneo: O socialismo de mercado e a sociedade civil como estratégia de recuperação. In: Encontro da ANPAD, 22, 1998, Foz do Iguaçu. *Anais do XXII Enanpad*, 1998.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, Karl. *O Capital – Crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MAZZUCHELLI, Frederico. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PEREIRA, C.B., GRISI, C.C.H. A globalização como etapa do capitalismo. In: SEMEAD, 4, Out., 1999.

RATTNER, Henrique. Globalização: Em direção a um mundo só? *Estudos Avançados* v. 9, n. 25, 1995.

SALAMA, Pierre. Do produtivo ao financeiro e do financeiro ao produtivo na Ásia e na América Latina. *7 Letras Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 5-47, jun. 2000.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 2001.

SANTOS, Tânia Steren dos. Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 3, n. 6. p. 170-198, jul./dez. 2001.

SOUZA, Donaldo Bello. Globalização, a mão invisível do mercado mundializada nos bolsões da desigualdade social. *Boletim técnico do SENAC*, v. 22, n. 2, mai./ago. 1996.

THERBORN, Goran. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 122-169, jul./dez. 2001.